

Turismo Ecológico em São Tomé e Príncipe: da Ecopedagogia à Preservação Ambiental

Brígida Rocha Brito - ISCTE

1. Apresentação e Pressupostos Metodológicos

A comunicação “Turismo Ecológico em São Tomé e Príncipe: da Ecopedagogia à Preservação Ambiental” resultou da investigação desenvolvida no âmbito do programa de Doutoramento em Estudos Africanos (CEA/ISCTE), sob o tema “Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe”¹.

Do ponto de vista metodológico, foram conjugadas diferentes técnicas de recolha, e consequentemente de tratamento da informação, que viabilizaram a análise, nomeadamente a pesquisa bibliográfica para a fundamentação conceptual e teórica, as fontes documentais e estatísticas para o enquadramento do estudo, no âmbito das realidades insulares, e para a caracterização do turismo.

No decurso da pesquisa no terreno, foi adoptado o estudo de caso intensivo, com inclusão da totalidade de iniciativas ecológicas existentes, tendo sido privilegiada a associação de um conjunto de técnicas, tais como os contactos informais e exploratórios, as entrevistas semidirectivas a diferentes actores socioeconómicos e políticos, entre os quais representantes do Estado, promotores dos projectos estudados e representantes comunitários.

Paralelamente, foi valorizada a observação directa, de acções ecopedagógicas e ecoturísticas integradas, promotoras de preservação ambiental e de protecção de espécies, nomeadamente ameaçadas de extinção. A técnica da observação directa foi efectivada no decurso das visitas

¹ A investigação foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, III Quadro Comunitário de Apoio, POCTI – Formar e Qualificar, Medida 1.1., Praxis XXI/DB/21478/99.

às iniciativas em funcionamento, em diferentes momentos temporais, e aquando do acompanhamento dos grupos nas actividades ecoturísticas e de observação desenvolvidas.

No presente texto é apresentada a temática específica da ecopedagogia, com base na análise de um conjunto de experiências ecoturísticas com actividade contínua, na ilha de S. Tomé, metodologicamente fundamentadas em dois pressupostos de base – o envolvimento e a participação das comunidades locais no quotidiano dos projectos e a preservação do meio, através da prossecução de acções concretas e diversificadas, no sentido da valorização ambiental e da protecção de espécies, sobretudo endémicas ou que se encontram ameaçadas.

2. Ecopedagogia e Turismo Ecológico

A problemática da ecopedagogia foi particularmente desenvolvido por Edgar Morin (1993; 1998) e por Francisco Gutierrez (1999) durante a década de 90. O conceito decorre e relaciona-se, de forma directa, com o pensamento ecológico e ambientalista, tendente à promoção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

A ecopedagogia fundamenta-se num conjunto de princípios valorativos que partem da educação para o desenvolvimento, direccionada, de forma particular, para duas grandes temáticas – a preservação ambiental, associada à protecção de espécies ameaçadas, e a valorização da diversidade cultural das comunidades. Estes princípios radicam na consciência colectiva, estando a sua prossecução principalmente dependente da sociedade civil e dos grupos que nela emergem – associações locais e organizações várias, entre as quais ONGs, vocacionadas para a problemática ambiental. O conceito permite associar os objectivos e as preocupações emergentes das áreas da ecologia ambiental e social, concentrando-se na problemática da sustentabilidade.

Nesta perspectiva, é vulgarmente considerada (Morin, 1993 e 1998; Gutierrez, 1999) a existência de uma consciência colectiva de pertença comunitária alargada, com características de abrangência e de totalidade – o ser humano pertence, antes de mais, a uma comunidade global e planetária. Assim é considerada uma perspectiva analítica macro, baseada num novo princípio – a pertença planetária e global, que exige respeito pelo ambiente e pelas diferenças socioculturais. Contudo, além da concepção alargada, encontramos também uma dimensão micro, dado que a prática ecopedagógica parte das comunidades e do princípio da localidade.

Do ponto de vista metodológico, a ecopedagogia articula-se com os objectivos implícitos às estratégias do desenvolvimento sustentável, o que implica a identificação de medidas de

harmonização entre o imparável progresso tecnológico, o desejado crescimento económico, a necessária preservação ambiental e a defendida participação com envolvimento das pessoas.

Neste sentido, a sustentabilidade adquire uma dimensão educativa, e consequentemente pedagógica, passando pela mudança de mentalidades – o desenvolvimento de longo prazo depende do ambiente e a sua preservação pressupõe a tomada de consciência da sua importância real, por parte das populações e dos diferentes grupos. A formação da consciência ambiental e ecológica requer disponibilidade de informação e esta implica, de forma directa, a existência de programas educativos e formativos, de natureza geral e específica, com adopção de comportamentos adequados.

Gutierrez e Prado (1999) consideram que o desafio da sociedade sustentável actual consiste na criação de novas formas de ser e de estar, com eliminação dos falsos valores e a promoção de princípios, tais como o respeito consciente na identificação dos objectivos comuns.

A ecopedagogia pressupõe uma mudança de mentalidades em relação ao conceito de qualidade de vida e de qualidade ambiental, dependendo dos contactos estabelecidos e mantidos entre indivíduos de diferentes origens e grupos, com características socioculturais diversas e com modelos de vida próprios, mas também da leitura que fazem dos meios naturais e da importância que lhe atribuem. O meio ambiente adquire assim um valor intrínseco, mais do que meramente utilitário.

A ecopedagogia destina-se às diferentes populações do Mundo, independentemente da idade, do sexo, do nível de ensino, da profissão ou do estatuto socioeconómico, já que são práticas de fácil aprendizagem e enraizamento. Neste contexto, o objectivo imediato é a reeducação do olhar individual e grupal para o ambiente, permitindo desenvolver uma atitude de observação crítica e construtiva, protegendo os recursos e evitando as situações de deterioração, seja pela via da exploração excessiva e do consumo, seja pela degradação e pela poluição.

A partir da análise dos objectivos inerentes ao conceito de ecopedagogia, podemos facilmente estabelecer uma relação com o de turismo ecológico, segmento económico que permite, a longo prazo, promover desenvolvimento económico, a partir das características locais, socioculturais e ambientais, respeitando-as.

Esta é uma prática que valoriza as regiões dotadas de meios ambientais preservados – florestais e marinhos – onde é possível desenvolver um conjunto diversificado de actividades de contacto com a natureza, em contexto de lazer, tais como a observação de espécies, de fauna e de flora, o “trekking” e o “snorkeling”.

Nas práticas ecoturísticas, existe subjacente uma dimensão de responsabilização dos diferentes actores envolvidos – os promotores e os guias, os visitantes e as comunidades de acolhimento. A responsabilização é efectuada com base no respeito mútuo das diferenças socioculturais, históricas e políticas, mas também a partir da preocupação com a preservação do ambiente, florestal e marinho, faunístico e florístico, em estado de conservação, para que as futuras visitas resultem proveitosas, representando uma garantia de bem estar para as populações locais.

Esta responsabilização não minimiza o intercâmbio entre populações com características diferenciadas e entre os grupos humanos e os meios naturais. Estes contactos são procurados no decorrer da prática ecoturística responsável, sem que exista a imposição de modelos, a tentativa de assimilação cultural ou, por outro lado, a degradação dos recursos encontrados.

Antes de mais, neste segmento turístico são incentivadas as actividades que permitem a aprendizagem pelo contacto directo e pela experiência. Isto significa que, ao visitante, é possibilitado o conhecimento “in loco” das especificidades culturais através do contacto com meios específicos e diferentes, entendidos como autênticos, apesar de, na maioria, serem apenas uma representação de autenticidade (McCannel, 1989) e, por isso, encenada. Por outro lado, ao visitante é oferecida a possibilidade de observar espécies, florísticas e faunísticas, algumas caracteristicamente endémicas, nos habitats naturais.

3. Potencialidades de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento

São Tomé e Príncipe é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), de natureza arquipelágica, geograficamente situado no continente africano, na região do Golfo da Guiné, com ligações históricas a Portugal, sendo considerado como uma democracia jovem e recente. Enquanto PEID, caracteriza-se por um conjunto de traços, vulgarmente entendidos como negativos para o desenvolvimento, porque constrangedores, tais como a insularidade, o isolamento e a pequena dimensão, se bem que, no que respeita à situação ambiental, estas características tenham vindo a resultar positivamente, em favor da preservação e da protecção do meio natural.

Do ponto de vista produtivo, caracteriza-se pelo predomínio de um sector primário, de contornos tradicionais e apoiado por técnicas artesanais, destinado ao consumo local, sendo pouco rentável no que respeita ao comércio internacional, tendo como actividades principais a agricultura, a pecuária e a pesca. De forma associada, tem-se registado um incremento das

actividades do sector terciário, marcadas pela informalidade, distribuindo-se do ponto de vista territorial pelas diferentes localidades, com tendência para a concentração urbana.

O arquipélago é caracterizado por um conjunto de especificidades ambientais, traduzidas: na diversidade paisagística; na preservação dos meios florestais; na densidade da vegetação; no endemismo das espécies de fauna e de flora; na variedade de praias desertas de areia branca, dourada e preta, ou de pedra; na qualidade das águas marítimas, caracteristicamente cristalinas, quentes e ricas em vida animal. Os recursos ambientais santomenses podem assim ser analisados com base na distinção entre potencialidades florestais e heliotrópicas.

A paisagem florestal caracterizada pela abundância, densidade e diversificação dos recursos é alternada pelo surgimento de cursos de água, que conferem ao relevo e à paisagem um traçado irregular – rios, ribeiros, cascatas e ligeiros cursos de água – contribuindo para que a vegetação seja perene, não variando ao longo do ano.

As potencialidades florestais consistem na existência de florestas tropicais caracterizadas por vegetação exuberante, e em estado virgem, onde habitam diferentes espécies de flora e de fauna, algumas endémicas e ameaçadas de extinção. A cobertura florestal atinge 95% da superfície total das ilhas, sendo possível identificar diferentes áreas arborizadas, em função da altitude e das características da vegetação.

Das diferentes áreas florestais, o Parque Natural Obô é a zona que tem sido alvo de maiores atenções, nomeadamente através das tentativas de regulamentação por parte do Estado. Por um lado, por concentrar uma grande diversidade de espécies de fauna e de flora, podendo ser entendida como “laboratório vivo”; por outro, por se situar nas regiões centro e sudoeste, abrangendo uma grande parte da ilha; por fim, por ser uma região demograficamente desertificada, onde a penetração humana é mínima, promovida de forma natural pela forte densidade e pela inexistência de meios de ligação.

As potencialidades heliotrópicas ou balneares fundamentam-se na natureza insular do país – uma parte da costa santomense é formada por baías com a formação de praias desertas e pouco procuradas, enquadradas por coqueiros ou por formações rochosas. O ecossistema marinho e aquático do arquipélago é abundante e diversificado, encontrando-se algumas espécies ameaçadas de extinção, como é o caso da tartaruga marinha². As cinco espécies de

² Encontrando-se ameaçadas de extinção e face à elevada procura, para fins alimentares, de transformação como material de artesanato, e comercial, as tartarugas são consideradas espécies protegidas pelo que a sua captura é proibida.

tartarugas que habitam nas águas territoriais santomenses utilizam as praias para a reprodução, desova e nidificação.

Os diferentes meios ambientais – florestal, costeiro e marinho – favorecem o desenvolvimento de um conjunto de actividades recreativas, em períodos de lazer e de férias, de natureza pedagógica, educativa e experimental, em contacto directo com a natureza, entre as quais as relacionadas com a observação e o estudo. Assim, e atendendo às potencialidades ambientais, é propícia a realização de actividades enquadradas pelo segmento do turismo de natureza, ecológico, caracteristicamente alternativo e responsável. Dadas as especificidades ambientais que caracterizam o arquipélago, o turismo ecológico, por requerer meios naturais preservados, é um segmento potencial, começando a ter expressão.

A dinamização pedagógica e a vertente educacional da prática ecoturística permitem, ao visitante, aumentar os conhecimentos sobre a diversidade de espécies arbóreas e vegetais, bem como acerca das potencialidades para fins alimentares e medicinais, sendo valorizadas as práticas tradicionais. Da mesma forma, a observação de espécies animais em habitat natural, tais como pássaros, répteis e anfíbios, macacos, tartarugas marinhas, golfinhos e baleias, é promovida. Paralelamente, os contactos entre os visitantes e as comunidades de acolhimento são incentivados, pelo que o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências são viabilizados naturalmente.

4. Casos de Preservação Ambiental

Em parte, a preservação ambiental em São Tomé e Príncipe tem sido prosseguida de forma natural e espontânea, dada a renovação contínua, nomeadamente no que respeita ao Parque Natural Obô. As condições climáticas – pluviosidade abundante e temperaturas quentes, com elevada concentração de humidade na atmosfera – e geográficas, através dos principais rios e cursos de água doce, dificultam a penetração humana, promovendo o aumento da densidade da vegetação.

Do ponto de vista institucional, o Estado tem evidenciado preocupação com a preservação ambiental, traduzida na elaboração de documentos, resultantes de estudos e diagnósticos, como é o caso do “Plano Nacional para o Desenvolvimento Durável”. Contudo, do ponto de vista regulamentar, e no que respeita à adopção de medidas de fiscalização, verifica-se uma ausência de adequação e de correspondência, sobretudo em relação à extracção de inertes,

como é o caso da areia das praias³. Por outro lado, no arquipélago, atendendo que a maioria das espécies animais é utilizada para consumo alimentar e com objectivos comerciais, apesar da preocupação explicitada nos principais discursos oficiais, a legislação de enquadramento para a protecção de espécies ameaçadas, como é o caso da tartaruga marinha, do macaco e do papagaio do Príncipe, é inexistente.

Tal como acontece com o ambiente, a partir de 2000 verificou-se, por parte dos representantes do Estado, uma preocupação particular com a dinamização do sector do turismo, passando a ser oficialmente considerado como estratégico, por ser promotor de transformações socioeconómicas internas com um carácter de longo prazo, sobretudo ao nível da educação, da saúde e das infraestruturas, contribuindo, directa e indirectamente, para a melhoria das condições de vida da população santomense.

O segmento turístico identificado como estratégico, pelos órgãos de soberania⁴, foi o ecológico, prioritariamente nas formas rurais, integrando e dinamizando diferentes actividades, como é o caso dos projectos agroturísticos, associados ao desenvolvimento de programas de contacto com a natureza, entendida como elemento catalizador de interesses e desencadeador de mudanças de longo prazo, no sentido do esperado desenvolvimento sustentável.

O Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, organismo da tutela, tem defendido a estratégia ecoturística, como forma de conciliar os interesses subjacentes ao crescimento económico com a preservação ambiental, através de um conjunto de acções, tais como a elaboração do “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo”, a organização e a realização de encontros internacionais e de mesas redondas, bem como a promoção de ateliers comunitários, incentivando a participação dos promotores e dos representantes comunitários.

Os princípios defendidos decorrem da filosofia da economização e da reutilização, sempre que possível, dos recursos básicos necessários para a continuidade da actividade turística – água e energia – assim como o tratamento dos lixos e o reaproveitamento de materiais. Por outro lado, têm sido defendidas e implementadas, mesmo que sectorial e informalmente,

³ A extracção de inertes é uma prática comum em São Tomé e Príncipe, como forma de sustentar o sector da construção civil e obras públicas, principalmente de areias, retiradas das principais praias com interesse turístico, tais como a Praia das Conchas, Praia Pomba, Praia Micondó, Praia da Juventude, Praia do Governador e Praia dos Tamarinos.

⁴ Os organismos do Estado contactados foram: a Direcção de Turismo e Hotelaria; o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo; a Secretaria de Estado do Ambiente; a Direcção Geral de Agricultura; a Direcção de Recursos Naturais e a Direcção das Florestas.

acções de sensibilização comunitária, no sentido de promover a protecção da biodiversidade vegetal e animal, com particular destaque para as espécies ameaçadas e endémicas.

As principais potencialidades turísticas do arquipélago mencionadas, pelos órgãos de soberania contactados, respeitam a recursos naturais e paisagísticos, tais como o clima, a natureza e a biodiversidade, a vegetação qualificada de “exuberante” e “invulgar”. Atendendo às potencialidades ecoturísticas, e no sentido de as valorizar, foram referidas como medidas genéricas a implementar, a nível nacional: a preservação dos recursos ambientais, nomeadamente da característica de endemidade, com a criação de Parques Nacionais e de Reservas Naturais, organizados e controlados; a melhoria das condições de vida das comunidades locais, com incentivo para a mudança dos hábitos e das práticas, a partir de programas alargados de educação geral e de formação específica e temática direccionados para as populações.

Apesar das intenções assumidas, as áreas que requerem maior atenção são as relacionadas com a regulamentação florestal, nomeadamente o abate de árvores, a desflorestação, a caça, a captura, o consumo, a transformação e a comercialização de espécies ameaçadas.

Após a análise da insuficiente acção estatal na protecção ambiental, percebemos a existência de outros actores envolvidos na actividade de preservação, mas também na pedagogia comunitária e na elaboração de programas direccionados para o turista amante da natureza.

No decorrer do trabalho de campo, pudemos observar e analisar diferentes iniciativas, de âmbito local, consideradas como micro projectos agroturísticos⁵, resultantes de um esforço conjunto entre promotores e grupos comunitários, a partir de um princípio, reconhecido pelos diferentes actores, de parceria e fundamentado na colaboração permanente e mútua.

Os projectos, apresentam diferenças nos resultados obtidos, em termos de sucesso económico, mas também no que respeita ao investimento pessoal dos promotores, ao número de clientes e de visitas mensais, às características e diversidade dos produtos oferecidos. Contudo, têm aspectos comuns, entre os quais:

– a tentativa de envolvimento comunitário no quotidiano do projecto e no seu desenvolvimento;

⁵ Foram analisados cinco projectos agroturísticos em curso – Roça de S. João, Roça de Bombaim, Roça da Colónia Açoreana, Roça Monte Forte e Roça do Chamiço.

- a promoção da melhoria das condições de vida das comunidades residentes, através da criação de emprego local, do incentivo à produção agrícola direccionada para o consumo turístico e de estabilização do rendimento familiar;
- o aumento das qualificações profissionais através da realização interna de acções formativas por função;
- a possibilidade de contactar com os visitantes;
- a realização de sessões de sensibilização para os problemas ambientais e o incentivo à participação na limpeza e na manutenção dos trilhos e dos caminhos rurais de acesso.

Dos cinco projectos agroturísticos analisados, qualquer um evidenciou preocupações com a preservação ambiental, com a organização de sessões de sensibilização comunitária e reuniões temáticas de esclarecimento com os representantes ou líderes.

Os resultados obtidos, até à data da pesquisa, foram diferenciados em função dos casos, nomeadamente estando dependentes do tempo de vida e de funcionamento do projecto, do envolvimento dos promotores na dinamização das actividades, da história familiar dos promotores, na relação com o espaço e com as populações locais, da participação e do sentimento de pertença das comunidades na prossecução das tarefas, bem como na capacidade dos promotores em solicitarem apoio e na receptividade de acolherem sugestões.

No caso de S. João, as preocupações manifestadas com as questões ambientais são evidentes, explicitadas e partilhadas, tanto pelos promotores como pelas comunidades residentes, sendo perceptível a sensibilidade para o reaproveitamento dos recursos existentes⁶, com utilização racional e controlada, sem que o consumo turístico seja posto em causa.

Além das preocupações manifestadas pelos promotores, traduzidas em gestos, atitudes e comportamentos adoptados no decurso da prática ecoturística, pudemos confirmar a tentativa de responsabilização das famílias, no sentido de lhes serem transmitidas, mesmo que de forma indirecta, noções de sustentabilidade. Como as relações entre os promotores e os membros das comunidades locais são ancestrais, marcadas pela informalidade e pelo sentido de parceria de um projecto de vida comum, com incentivo de colaboração e de intercâmbio de ideias e de sugestões, a mensagem ecológica tem sido facilmente recebida pelos diferentes estratos etários.

⁶ Um caso exemplificativo da reutilização de materiais é a iluminação nocturna, com tochas feitas com papaia verde e alimentadas a óleo de palma.

No caso de Bombaim, os promotores revelaram preocupações de natureza ambiental, nomeadamente relacionadas com situações tipificadas regionalmente⁷, porque características do interior da ilha, já que Bombaim é, de todos os casos analisados, aquele que se encontra mais isolado, apesar da proximidade em relação à capital.

Neste caso, dado que as comunidades residem na proximidade do projecto agroturístico, as relações com os promotores são caracterizadas também pela permanência, pela continuidade e pela informalidade, pelo que a atenção relacionada com a utilização e o consumo excessivos de algumas espécies animais e florestais é evidente. As reuniões com os líderes comunitários têm sido organizadas pelos promotores, tendo um carácter periódico e objectivos tendentes à sensibilização dos principais riscos ambientais e das vantagens da preservação.

No que respeita ao projecto ecoturístico de Monte Forte, apesar de estar no início da exploração, percebemos que o ambiente fazia parte das preocupações do promotor, pela realização de acções pontuais e temáticas de sensibilização comunitária. Os principais temas abordados no decurso das sessões foram a limpeza dos trilhos florestais, que permitem o acesso pedestre ao interior da roça, bem como das praias situadas nas proximidades do projecto.

Paralelamente, e dado ser uma região onde a captura e o consumo de espécies selvagens de animais, como o macaco, a cobra preta e o morcego, é prática corrente, foi também focada a necessidade de conservação de espécies. Dado que, principalmente no caso de Monte Forte, o consumo de algumas espécies é o resultado de hábitos ancestrais e de práticas culturais enraizadas, a receptividade das populações locais tem sido reduzida, não se verificando ainda alterações significativas.

Na Colónia Açoreana, os contactos entre a promotora e as comunidades residentes na envolvente da roça foram caracterizados como permanentes e de parceria, pelo que a sensibilização para os problemas ambientais específicos tem sido facilitada. A promotora tem organizado grupos comunitários de trabalho para a limpeza das áreas comuns, tais como a estrada de acesso à roça, as ruas interiores e os jardins, bem como para a pintura de casas e a ornamentação florestal. Por outro lado, têm sido realizadas acções de sensibilização com os líderes comunitários, e posteriormente com as populações locais, como tentativa de dar continuidade ao envolvimento dos seus membros nas actividades programadas.

⁷ São os casos da captura de espécies endémicas e da higiene das famílias.

O caso do Chamiço foi aquele que maiores limites apresentou, em relação ao sucesso das medidas participativas e de envolvimento comunitário adoptadas. No que respeita às preocupações ambientais, e dadas as características de consumo das comunidades envolvidas, a promotora tem realizado, com periodicidade regular, sessões de sensibilização com os líderes comunitários, principalmente vocacionados para a preservação florestal e arborística, para a necessidade de colaboração nas actividades de capinagem e de limpeza dos caminhos e dos trilhos, bem como para o respeito e da protecção de espécies animais.

Paralelamente ao investimento nos projectos, mas por eles enquadrados, foram identificadas diferentes acções de sensibilização, vocacionados para a preservação ambiental, principalmente promovidas por diferentes instituições⁸, em parceria com associações locais e grupos comunitários, como meio de reduzir os efeitos, a longo prazo, da degradação do meio.

Os programas de sensibilização comunitária e as reuniões formativas, têm procurado responder aos principais problemas decorrentes da sobreexploração de recursos naturais – inertes, florestais e animais – tendo uma função de prevenção, além de funcionarem como metodologia “correctiva” dos desequilíbrios. Os temas abordados coincidem com os principais problemas sentidos pelas populações no dia-a-dia, procurando valorizar-se e explicitar-se as vantagens implícitas ao aproveitamento produtivo e à reutilização de recursos, naturais, tais como os agrícolas e os piscatórios.

A ECOFAC tem procurado diversificar as actividades promovidas e alargar o campo de actuação, apesar dos constrangimento relacionados com a ausência de enquadramento legal, que viabilize a preservação ambiental, a protecção de espécies e a valorização das potencialidades nacionais.

As principais acções ecopedagógicas da ECOFAC são a organização, a promoção e a realização de programas certificados de formação de ecoguias, prioritariamente oriundos das comunidades rurais/roças⁹, detentores de conhecimentos tradicionais, adquiridos através da experiência e transmitidos pela tradição oral e pelo costume, sobre o meio ambiente, as espécies florísticas e as suas propriedades alimentares e medicinais, bem como sobre os animais, os riscos e as precauções.

⁸ A principal instituição que tem promovido e dinamizado a ecopedagogia, associada à prática ecoturística, é a ECOFAC, uma associação ambientalista da África Central, através de programas financiados pela UE, direccionados para problemas específicos de preservação florestal, tal como o Jardim Botânico do Bom Sucesso, e de protecção de espécies, como são os casos da tartaruga marinha e do papagaio do Príncipe.

⁹ As comunidades rurais residentes nas roças de Monte Café e Agostinho Neto têm sido privilegiadas pelo programa dado serem comunidades que se encontram na confluência entre a cidade e o parque florestal.

De forma associada, e após a conclusão da formação, os ecoguias são inseridos profissionalmente, através de trabalho contratado pelas agências de viagens locais¹⁰, pela própria associação ou criando o próprio emprego. As actividades para as quais os ecoguias se qualificam são o acompanhamento de grupos em percursos pedestres¹¹ ou “trekking”, para a observação de espécies, tais como pássaros (“birdwatching”), mas também para a limpeza e manutenção de trilhos florestais, a catalogação de plantas no Jardim Botânico, na entrada do Parque Natural Obô, no Bom Sucesso.

Paralelamente, têm sido desenvolvidas sessões de sensibilização, junto das comunidades residentes nas aldeias piscatórias¹², com os objectivos de proteger a tartaruga, garantir a preservação dos ninhos de ovos e promover o lançamento das crias para o mar, após o nascimento. Contudo, apesar das iniciativas prosseguidas, o programa das tartarugas marinhas perdeu o apoio financeiro por falta de correspondência governamental em relação ao compromisso assumido de regulamentação e de fiscalização.

5. Considerações Finais

Com base na análise apresentada nos pontos anteriores, podemos afirmar que, em São Tomé e Príncipe, a prática da ecopedagogia, associada ao turismo ecológico, tendo como objectivos principais a preservação ambiental e a valorização cultural, é recente, sendo principalmente caracterizada pela existência de acções pontuais, enquadradas por micro projectos ou prosseguidas no âmbito de programas sectoriais.

Do ponto de vista institucional, os representantes do Estado têm, oficialmente e desde 2000, manifestado preocupação com a preservação ambiental, entendendo-se a promoção do turismo ecológico como medida estratégica complementar. Neste sentido, foram:

- estabelecidas parcerias com organismos internacionais com vocação ambientalista;
- incrementados os contactos com os operadores e com os promotores locais, que se encontram a desenvolver actividade turística de contacto com a natureza;
- incentivados os procedimentos participativos e de envolvimento comunitário, no quotidiano dos projectos ecoturísticos e nas acções de sensibilização realizadas, com o objectivo da

¹⁰ As agências turísticas locais, parceiras da ECOFAC, são a Navetur e a Mistral Voyages, que recorrem aos técnicos formados pela associação para desempenharem as funções de ecoguias.

¹¹ As principais actividades pedestres e de observação promovidas são o percurso de Lagoa Amélia, a cratera de um vulcão extinto, a subida ao Pico de S. Tomé, a ligação de Bombaim a S. João.

¹² São os casos das comunidades de Morro Peixe e de Porto Alegre.

protecção de espécies ameaçadas, da manutenção dos trilhos rurais e da valorização de práticas de higiene.

As iniciativas ecológicas adquiriram importância, nos últimos anos, estando previstas e sendo contempladas no planeamento da actividade turística, situação evidenciada pela:

- valorização do tema por parte dos diferentes actores envolvidos;
- realização de encontros de carácter nacional e internacional com o objectivo de encontrar soluções consensuais e respostas para as necessidades internas;
- proliferação de iniciativas locais, a maioria de âmbito rural, equacionando princípios integradores e tendentes ao conceito de sustentabilidade;
- valorização, por parte da procura turística internacional, de meios ambientais preservados e de culturas tradicionais marcadas por traços de autenticidade, bem como do desenvolvimento de práticas de lazer fundamentadas no contacto directo com o ambiente e com os grupos comunitários.

Contudo, com base no estudo realizado, pudemos constatar que estas preocupações, apesar de meritórias, são ainda insuficientes no sentido da promoção do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida das populações envolvidas. Por um lado, pela inexistência de um enquadramento regulamentar e jurídico actual e adequado à realidade nacional; por outro, dado que as iniciativas têm um carácter eminentemente pontual, traduzindo-se num conjunto de acções voluntaristas por parte dos promotores, que, individualmente e sem apoios, deram início à actividade e ao trabalho de parceria com as comunidades envolvidas.

Assim, e em jeito de conclusão, estas acções, mais do que propostas, debatidas e programadas, requerem continuidade e uma operacionalização efectiva no terreno, com a identificação de parceiros locais e a criação de meios, não só de apoio, como também de fiscalização, perspectivados no longo prazo.

Bibliografia de Referência

- AMARO, R. R. (2004) - *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*. Cadernos de Estudos Africanos, nº 4
- BALLANTYNE, P. (1998) - *Small islands, big issues – special treatment for the most vulnerable?* Maastricht, Oneworld
- BRITO, B. (2003a) - *S. Tomé e Príncipe, um Pequeno Estado Insular em contacto com o Mundo* in Janus2004, Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa – Jornal Público
- _____ (2003b) - *Turismo Ecológico e Desenvolvimento Sustentável em S. Tomé e Príncipe* in Revista Piá, S. Tomé e Príncipe, Junho

- CASASOLA, L. (1990) - *Turismo y ambiente*. México, Ed. Trillas
- CATER, E. et LOWMAN, G. (1994) - *Ecotourism. A sustainable option?* Chichester, John Wiley and Sons
- DEBARBIEUX, B. (1995) - *Tourisme et montagne*. Paris, Economica
- DOGSÉ, P. (2000) - *Tourism and biodiversity: critical challenges and management tools for good global governance*. Paper prepared for the *Entretiens de Port Cros*, September
- FILGUEIRAS, R. (1998) - *Turismo sustentável - utopia ou realidade* in *Revista Especial Ambiente*, Quercus - Associação Nacional de Conservação de Energia, Lisboa, Junho
- FINNEY, M. (1989) - *Áreas protegidas - serão o turismo, o recreio e o lazer actividades compatíveis?* In *Actas do 2º Congresso de Áreas Protegidas*, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza
- GUTIERREZ, F. et PRADO, C. (1999) - *Ecopedagogia e cidadania planetária*. S. Paulo, Cortez
- HARRISON, D. (2000) - *Tourism in Africa: the social and cultural framework* in DIEKE, P. (2000) *The political economy of tourism development in Africa*. New York, Cognizant Communication Corporation
- HONEY, H. (1999) - *Ecotourism and sustainable development*. Washington, Island Press
- LIMA, S. et PARTIDÁRIO, M. R. (2002) - *Novos turistas e a procura da sustentabilidade, um novo segmento de mercado turístico*. Lisboa, GEPE, Ministério da Economia
- McCANNEL (1989) - *The tourist. A new theory of the leisure class*. Nova Iorque, Schocken Books
- MORIN, E. (1993) - *Terre-Patrie*, Paris, Ed. Seuil
- _____ (1998) *Ciência com Consciência*, Rio de Janeiro, Bertrand
- OMT (2001a) - *Conférence sur le développement et la gestion durables de l'ecotourisme dans les petits états insulaires en Développement et autres petites îles*. Mahé, Décembre
- PEARCE, D. et PROOPS, J. (1996) - *Models of sustainable development*. Brookfield, Wallace e Oates
- PLANO NACIONAL DO AMBIENTE PARA O DESENVOLVIMENTO DURÁVEL (s.d.). - S. Tomé e Príncipe
- PNUD/OMT (2001) - *Plan stratégique pour le développement du tourisme*. République Démocratique de São Tomé e Príncipe (STP/01/004), Vol. 1, 2, 3, Madrid
- RIDDELL, R. (1981) - *Ecodevelopment - economics, ecology and development, an alternative to growth imperative models*. New York, St. Martin's Press
- RÓDRIGUES, A. (1998) - *Turismo eco-rural* in ALMEIDA, A., RIEDL, M. et FROELICH, J. (1998) *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Centro de Ciências Rurais
- SACHS, I. (1986) - *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. S. Paulo, Vértice
- WORLD ECOTOURISM SUMMIT (2002) - *Declaração de Ecoturismo de Quebec*, Carta Quebec